

Evidências científicas e não princípios morais

“Os dados indicam que as jovens são as mais afetadas pela Aids; então, é a elas que se deve dirigir primordialmente a campanha. É ineficaz você deixar de falar de camisinha. O preservativo é importante em qualquer programa de prevenção.”

Epidemia de HIV/Aids é jovem, feminina e gay

Camisinha é um recurso do homem. A “tecnologia” das meninas é a conversa

“A camisinha, anatomicamente, não é um recurso da mulher. A camisinha é um recurso do homem, é o homem que põe e tira a camisinha. Para se proteger da Aids as meninas têm que conversar com o parceiro, e nos diversos espaços não se tem trabalhado essa habilidade.”

Epidemia de HIV/Aids é jovem, feminina e gay

Epidemia de HIV/Aids é jovem, feminina e gay



Para comentar o aumento da epidemia de HIV/Aids entre os jovens e a Campanha de Carnaval lançada pelo Ministério da Saúde, que neste ano é dirigida especialmente a garotas e jovens homossexuais na faixa etária de 16 a 24 anos, a Agência Patrícia Galvão entrevistou com exclusividade a pesquisadora Vera Paiva, professora do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e coordenadora do Nepaids (Núcleo de Estudos para a Prevenção da Aids da USP):

Alguns destaques da entrevista (clique nos links para assistir aos trechos):

[Parte do sucesso do programa brasileiro de Aids deve-se a ele se basear em evidências científicas e não em princípios morais](#)

“Os dados indicam que as jovens são as mais afetadas pela Aids; então, é a elas que se deve dirigir primordialmente a campanha. É ineficaz você deixar de falar de camisinha. O preservativo é importante em qualquer programa de prevenção.”

[Camisinha é um recurso do homem. A “tecnologia” das meninas é a conversa](#)

“A camisinha, anatomicamente, não é um recurso da mulher. A camisinha é um recurso do homem, é o homem que põe e tira a camisinha. Para se proteger da Aids as meninas têm que conversar com o parceiro, e nos diversos espaços não se tem trabalhado essa habilidade.”

[Os jovens gays vêm usando cada vez menos a camisinha](#) **[Vulnerabilidade x ações de prevenção](#)**

“Os velhos homossexuais pensam na camisinha como um artefato emancipador. Quem pensou na camisinha como artefato de defesa e presenteou a humanidade toda com essa idéia foram os homens gays. Para a geração atual, a camisinha é significada como opressão, sanitária. É uma outra geração que não entende essa noção [da camisinha] como emancipadora.”

“Ser jovem e gay só significa vulnerabilidade frente à Aids se não houver ações de prevenção no ambiente de convivência desse jovem. Não é porque ele é jovem que é vulnerável à Aids.”

[Conversas sobre Aids nos espaços religiosos](#)

“Mesmo na comunidade de evangélicos eles começam a vida sexual aos 14 e 15, igualzinho ao resto do mundo. E sem camisinha. Como todo mundo acha que eles vão chegar virgens até o casamento, não se fala desse assunto.”

[É inaceitável dizer que a epidemia está estável](#)

“[Dizer que] está estável é um acinte para as pessoas que se infectam. Estar estável significa quantas pessoas infectadas com a epidemia?”

[Assista a entrevista de Vera Paiva, concedida a Jacira Melo e Ana Rosa Carrara, da Agência Patrícia Galvão](#)

Para contatar a entrevistada:

Vera Paiva - psicóloga, professora e coordenadora do Nepaids

[Núcleo de Estudos para a Prevenção da Aids \(Nepaids\) do Instituto de Psicologia da USP](#)

São Paulo/SP

Tel.: (11) 3091-4184

E-mail: veroca@usp.br

[Saiba mais sobre o aumento da epidemia entre as meninas](#)

[Leia mais sobre a campanha de Carnaval 2010 do Ministério da Saúde](#)

[Campanha de Carnaval prioriza garotas e jovens gays](#)

Em debate, a campanha de prevenção ao HIV/Aids lançada pelo Ministério da Saúde no Carnaval de 2010: assista às entrevistas exclusivas concedidas à Agência Patrícia Galvão



[Epidemia de HIV/Aids é jovem, feminina e gay](#)

[Psicóloga Vera Paiva \(Nepaids/USP\) comenta o aumento da epidemia de HIV/Aids entre as garotas e jovens](#)



[Ações de prevenção à Aids revelam-se insuficientes](#)

[O médico Alexandre Grangeiro \(FMUSP\) critica política de prevenção do Ministério da Saúde](#)

Camisinha. Com amor, paixão ou só sexo mesmo. Use sempre.



Este é o slogan da campanha para prevenção ao HIV/Aids que o Ministério da Saúde preparou para o Carnaval 2010 tendo como foco jovens na faixa etária de 16 a 24 anos, em especial garotas e jovens homossexuais.

A campanha é dirigida para quem tem relação estável ou casual. São três vídeos, um para as meninas, um para os jovens gays e o outro (a ser veiculado no período pós-carnaval) de incentivo à realização do teste de HIV. Em ambos a protagonista é uma camisinha falante que alerta os jovens para o uso do preservativo. Uma das vozes é da atriz Luana Piovani, que aderiu à campanha sem cobrar cachê.

Entre jovens, epidemia de Aids é mais feminina e gay

Na faixa etária de 13 a 19 anos, a maior parte dos registros da doença está entre as mulheres. Segundo o Ministério, desde 2008, o número de casos de Aids tem sido maior entre as mulheres jovens: são 8 casos em meninos para cada 10 casos em meninas.

E para os homens dos 13 aos 24 anos, a principal forma de transmissão é a homossexual. Dados de 2007 mostram que entre os jovens do sexo masculino, a transmissão é maior entre homossexuais (39,2%) do que em heterossexuais (22,2%).

Diversos fatores explicam a maior vulnerabilidade dos jovens para a infecção pelo HIV. Segundo Mariângela Simão, diretora do Departamento de DST/Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, entre as meninas as relações desiguais de gênero e o não reconhecimento de seus direitos, incluindo a legitimidade do exercício da sexualidade, contribuem para que elas não se protejam.

Já no caso dos jovens homossexuais, falar sobre sexo é ainda mais difícil do que para os heterossexuais. “Eles sofrem preconceito na escola e, muitas vezes, na família. Isso faz com que baixem a guarda na hora de se prevenir, o que os deixa mais vulneráveis ao HIV”, explica Mariângela Simão.

Mudando a estratégia

As principais peças da campanha de 2010 são os vídeos, jingles, cartazes e folderes. E este ano o Ministério da Saúde adotou uma estratégia diferente, criando duas mensagens que serão veiculadas antes e depois do carnaval.



Antes do carnaval - A mensagem é de prevenção. Com o slogan “Camisinha. Com amor, paixão ou só sexo mesmo. Use sempre”, a campanha quer atingir tanto os apaixonados quanto quem quer apenas curtir. São dois vídeos, um direcionado às meninas e o outro, aos jovens gays. Em ambos, o protagonista é uma camisinha falante que alerta os jovens para o uso do preservativo, pedindo para não ser esquecida.



Depois do carnaval – Para depois do carnaval, a mensagem é sobre o teste de HIV: quem fez sexo sem camisinha, no carnaval ou não, deve fazer o teste. No vídeo, o preservativo também é protagonista e fala a um jovem que não consegue dormir sobre a importância de realizar o exame anti-HIV.

[Acesse a matéria do Jornal Nacional - 06/02/10 em pdf](#)

[Visite o site da Campanha Carnaval 2010](#)

Mais dados do Ministério da Saúde

“Entre 2000 e junho de 2009, foram registrados no Brasil 3.713 casos de aids em meninas de 13 a 19 anos (60% do total), contra 2.448 meninos. Na faixa etária seguinte (20 a 24 anos), há 13.083 (50%) casos entre elas e 13.252 entre eles. No grupo com 25 anos e mais, há uma clara inversão - 174.070 (60%) do total (280.557) de casos são entre os homens.

A [Pesquisa de Conhecimentos, Atitudes e Práticas da População Brasileira](#), lançada pelo Ministério da Saúde em 2009, também ajuda a explicar a vulnerabilidade das jovens à infecção pelo HIV. De acordo com o estudo, 64,8% das entrevistadas entre 15 e 24 anos eram sexualmente ativas (haviam tido relações sexuais nos 12 meses anteriores à pesquisa). Dessas apenas 33,6% usaram preservativos em todas as relações casuais, as que apresentam maior risco de infecção.

Nos homens, 69,7% dos entrevistados eram sexualmente ativos. Entre eles, porém, o uso da camisinha é maior: 57,4% afirmaram ter usado em todas as relações com parceiros ou parceiras casuais.

Gays - Na faixa etária de 13 a 19 anos, entre os meninos há mais casos de Aids por transmissão homossexual (39,2%) do que heterossexual (22,2%), no ano de 2007. Essa tendência é diferente do que ocorre quando se observa todos os casos de Aids adquiridos por transmissão entre homens - 27,4% homossexual e 45,1% heterossexual.

Nas escolas - O carro-chefe das ações de prevenção à Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis é o programa Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), uma iniciativa dos ministérios da Saúde e da Educação. Criado em 2003, o SPE tem como objetivo central desenvolver estratégias para redução das vulnerabilidades de adolescentes e jovens. As ações se dão de forma articulada entre escolas e unidades básicas de saúde. Hoje, 50.214 escolas de todo o país participam do programa.

A iniciativa trabalha a inclusão, na educação de jovens das escolas públicas, dos temas saúde reprodutiva e sexual. O SPE reúne ações que envolvem a participação de adolescentes e jovens (de 13 a 24 anos), professores, diretores de escolas, pais dos alunos, e gestores municipais e estaduais de saúde e educação. É no âmbito deste programa que se disponibiliza preservativos nas escolas.”

Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais

Tel.: (61) 9221-2546 / 3306 7051 / 7033 / 7010 / 7016

www.aids.gov.br - imprensa@aims.gov.br

Atendimento ao cidadão: 0800 61 1997 e (61) 3315-2425

Indicação de fontes

Alexandre Grangeiro - médico e pesquisador

Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP
São Paulo/SP

Tel.: (11) 3061-7076 - ale.grangeiro@gmail.com

Fala sobre: políticas de Aids; segmentos vulneráveis

Regina Barbosa – médica e pesquisadora
Núcleo de Estudos de População da Unicamp
São Paulo/SP

Tel.: (19) 3521-5907 - rbarbosa@nepo.unicamp.br

Fala sobre: saúde coletiva; políticas de Aids; prevenção, controle, diagnóstico e tratamento da Aids entre mulheres

Mafoane Odara Poli Santos – psicóloga e pesquisadora do Nepaids
Núcleo de Estudos para a Prevenção da Aids (Nepaids) do Instituto de Psicologia da USP
São Paulo/SP

Tel.: (11) 3061-0620

Fala sobre: juventude e sexualidade; vulnerabilidade das meninas ao HIV/Aids

Vera Paiva – psicóloga e pesquisadora do Nepaids
Núcleo de Estudos para a Prevenção da Aids (Nepaids) do Instituto de Psicologia da USP
São Paulo/SP

Tel.: (11) 3091-4184

Fala sobre: sexualidade; prevenção; atenção psicossocial

[04/02/2010 - Católicas criticam Lula por ceder à CNBB](#)

ONG Católicas pelo Direito de Decidir acusa governo de recuar em pontos mais polêmicos do Programa Nacional de Direitos Humanos

Reportagem de O Estado de S.Paulo informa que a organização não-governamental Católicas pelo Direito de Decidir (CDD/Br) divulgou nota em que critica duramente o governo do presidente Lula pelas mudanças sobre questões polêmicas como a descriminalização do aborto e a união civil entre pessoas do mesmo sexo no texto do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. Para a ONG, trata-se de um recuo ligado a interesses eleitorais.

Segundo apurou a reportagem do Estadão, a nota é uma reação às manifestações da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), contrária à posição original do governo de apoiar projetos de lei favoráveis à não criminalização do aborto e à união civil. “Um governo que é respeitado no cenário internacional como democrático e defensor dos direitos humanos dobra-se à pressão política da hierarquia católica, sobrepondo interesses eleitorais à vida das mulheres e à dignidade de pessoas homossexuais”, afirma a organização Católicas, que defende a laicização do Estado, ataca as interferências da CNBB nas instâncias públicas e acusa o governo de subserviente.

“Católicas pelo Direito de Decidir repudia tanto o intervencionismo autoritário da hierarquia da Igreja, quanto a subserviência do governo federal, que, visando às eleições, joga no lixo o processo de debate público realizado amplamente com a sociedade brasileira para chegar ao texto do Programa Nacional de Direitos Humanos lançado em dezembro de 2009”, afirma a nota.

O grupo Católicas pelo Direito de Decidir apresenta-se como “entidade feminista, de caráter inter-religioso, que busca justiça social e mudança de padrões culturais e religiosos vigentes em nossa sociedade, respeitando a diversidade como necessária à realização da liberdade e da justiça”.

A ONG atua em forma de rede em vários países da América Latina defendendo o direito das mulheres de tomarem decisões sobre todos os campos de suas vidas, incluindo o aborto. Segundo a reportagem, a organização conta com o apoio de teólogos ligados à Teologia da Libertação e desfruta de respeito em debates internacionais, mas é repudiada pela cúpula da Santa Sé. Em 2009, representantes das Católicas participaram dos debates organizados pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, sob a coordenação do ministro Paulo Vannuchi, que resultaram no texto do PNDH-3.

[Leia a íntegra da nota da ONG Católicas pelo Direito de Decidir](#)

Acesse a reportagem na íntegra: [O Estado de S.Paulo - 04/02/10](#)

Saiba mais sobre a organização [Católicas pelo Direito de Decidir \(CDD/Br\)](#)

[Acesse o Plano Nacional de Direitos Humanos \(PNDH-3\) em pdf](#)

Indicação de fontes

Flavia Piovesan - advogada e professora da PUC/SP

[Procuradoria do Estado de São Paulo](#)

São Paulo/SP

Tel.: (11) 3815-9894 / 9997-5003 - piovesan@dialdata.com.br

Fala sobre: Direitos Humanos; direito constitucional; direito ao aborto

Regina Soares Jurkewicz - doutora em sociologia e coordenadora da CDD/Br

[Católicas pelo Direito de Decidir/Brasil - CDD/Br](#)

São Paulo/SP

Tel.: (11) 3541-3476 - cddbr.regina@uol.com.br

Fala sobre: direitos reprodutivos e sexuais, direito ao aborto e direitos humanos; Estado laico

Silvia Pimentel - advogada e integrante do CEDAW/ONU

CEDAW/ONU (Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher da ONU) e

[Cladem \(Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher\)](#)

São Paulo/SP

Tel.: (11) 5181-1636 / 5181-1640 / 9162-1709 - cladem@uol.com.br

Fala sobre: ONU e direito internacional; direitos das mulheres; participação das mulheres em espaços de poder e decisão

Católicas criticam recuo do governo Lula no Programa Nacional de Direitos Humanos

A organização não-governamental Católicas pelo Direito de Decidir (CDD/Br) divulgou nota de repúdio ao recuo do governo sobre posições assumidas no terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Segundo o texto da nota, ao aceitar mudanças em temas como o aborto e a união civil entre pessoas do mesmo sexo o governo Lula *“dobrou-se à pressão política da hierarquia católica, sobrepondo interesses eleitorais à vida das mulheres e à dignidade de pessoas homossexuais”*.

O PNDH-3 resultou de ampla discussão entre instâncias governamentais e a sociedade brasileira e foi instituído pelo Decreto nº 7.037, de 21/12/09.

A nota da ONG Católicas é uma reação às declarações do ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, que após reunião com o secretário-geral da CNBB afirmou que o presidente Lula havia determinado mudanças no texto do programa em relação ao aborto ([Agência Brasil - 02/02/10](#)).

Leia a seguir a íntegra da nota das Católicas pelo Direito de Decidir:

**“Declaração de apoio de Católicas pelo Direito de Decidir ao III PNDH
Com quem o governo dialoga? A quem o governo respeita?”**

Católicas pelo Direito de Decidir vem a público manifestar sua surpresa e indignação frente ao recuo do Governo Federal em relação a posições tomadas anteriormente no III PNDH, resultado de ampla discussão realizada por instâncias governamentais com a sociedade brasileira. Um governo que é respeitado no cenário internacional como democrático e defensor dos DH, dobra-se à pressão política da hierarquia católica, sobrepondo interesses eleitorais à vida das mulheres e à dignidade de pessoas homossexuais.

O III PNDH corajosamente abordou questões complexas que há muito tempo deveriam ser enfrentadas, tais como a autonomia das mulheres para tomar decisões sobre a sua vida reprodutiva, o casamento homossexual e a adoção por casais homoafetivos, bem como as graves questões relativas à distribuição da terra e ao direito de estabelecer a memória e a verdade sobre o período da ditadura militar. O Programa, fiel à separação Igreja-Estado, também evidenciou a inadequação de que símbolos religiosos sejam ostentados em estabelecimentos públicos da União. Não é de menor importância que tais questões ganhem o reconhecimento do Governo depois de ouvir a sociedade brasileira organizada.

Católicas pelo Direito de Decidir que, como parte do povo de Deus, integra a Igreja e está em sintonia com a maioria das mulheres católicas brasileiras, não se identifica com as críticas da CNBB ao III PNDH, além de considerar desrespeitosa e inadequada a identificação do Presidente da República à figura bíblica de um homicida (Herodes).

O Estado, numa sociedade realmente democrática, deve ser laico e não pode se pautar pelas exigências e pressões políticas de nenhuma religião, nem mesmo da religião majoritária. O

governo brasileiro, que tem o dever de cumprir acordos internacionais dos quais é signatário (Conferências ONU, OEA e CEDAW), sucumbiu de forma vergonhosa à pressão da CNBB e vai, segundo declarações do Ministro dos Direitos Humanos, retirar do texto final as referências ao aborto como um direito das mulheres.

Católicas pelo Direito de Decidir repudia tanto o intervencionismo autoritário da hierarquia da Igreja, quanto a subserviência do Governo Federal, que visando às eleições, joga no lixo o processo de debate público realizado amplamente com a sociedade brasileira para chegar ao texto do PNDH lançado em dezembro de 2009.

Denunciamos que, mais uma vez, são os direitos das mulheres e de pessoas homossexuais que entram como moeda de troca num contexto de jogo político de forças em que toda a sociedade brasileira perde. Em consonância com inúmeros outros setores da sociedade civil, vimos a público cobrar coerência e consistência do Presidente Lula, do Ministro Paulo Vanucci e demais setores do governo envolvidos nesse retrocesso frustrante e indigno. Chega de defender o princípio abstrato da vida ao preço da morte de milhares de mulheres.”

Quem são as Católicas

“Católicas pelo Direito de Decidir é uma entidade feminista, de caráter inter-religioso, que busca justiça social e mudança de padrões culturais e religiosos vigentes em nossa sociedade, respeitando a diversidade como necessária à realização da liberdade e da justiça. (...) CDD/Br promove os direitos das mulheres (especialmente os sexuais e os reprodutivos) e luta pela igualdade nas relações de gênero e pela cidadania das mulheres, tanto na sociedade quanto no interior da Igreja Católica e de outras igrejas e religiões, além de divulgar o pensamento religioso progressista em favor da autonomia das mulheres, reconhecendo sua autoridade moral e sua capacidade ética de tomar decisões sobre todos os campos de suas vidas.”

Saiba mais sobre a organização [Católicas pelo Direito de Decidir \(CDD/Br\)](#)

[Acesse o Plano Nacional de Direitos Humanos \(PNDH-3\) em pdf](#)

Indicação de fontes

Flavia Piovesan - advogada e professora da PUC/SP

[Procuradoria do Estado de São Paulo](#)

São Paulo/SP

Tel.: (11) 3815-9894 / 9997-5003 - piovesan@dialdata.com.br

Fala sobre: Direitos Humanos; direito constitucional; direito ao aborto

Regina Soares Jurkewicz - doutora em sociologia e coordenadora da CDD/Br

[Católicas pelo Direito de Decidir/Brasil - CDD/Br](#)

São Paulo/SP

Tel.: (11) 3541-3476 - cddbr.regina@uol.com.br

Fala sobre: direitos reprodutivos e sexuais, direito ao aborto e direitos humanos; Estado laico

Silvia Pimentel - advogada e integrante do CEDAW/ONU

CEDAW/ONU (Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher da ONU) e

60% dos paulistanos estão totalmente insatisfeitos com a manutenção da proibição do aborto

Este dado é revelado pela Pesquisa Nossa São Paulo/Ibope (IRBEM), realizada para captar o nível de satisfação sobre a qualidade de vida e o bem-estar na cidade, que foi divulgada em janeiro, às vésperas do aniversário de São Paulo.

A pedido do [Movimento Nossa São Paulo](#), o Ibope entrevistou paulistanos em todas as regiões da cidade para saber o nível de satisfação em 25 temas - inclusive aspectos subjetivos como consumo, aparência, sexualidade, espiritualidade e lazer.

Legalização do aborto é importante para qualidade de vida na cidade



Observa-se que 60% dos paulistanos estão totalmente insatisfeitos com a manutenção da proibição do aborto, enquanto 29% declararam-se medianamente satisfeitos e apenas 11% estão totalmente satisfeitos.

Sobre a pesquisa

Em 2009, o Movimento Nossa São Paulo lançou uma mobilização para elaborar um conjunto de indicadores que incluem também aspectos subjetivos sobre as condições de vida em São Paulo. O objetivo da construção do IRBEM (Indicadores de Referência de Bem-Estar no Município) é orientar ações de empresas, organizações, governos e de toda a sociedade, considerando como foco principal o bem-estar das pessoas. Essa consulta pública, realizada de junho a outubro de 2009, contou com a participação de mais de 36 mil pessoas, que atribuíram notas que refletem o grau de satisfação sobre os aspectos considerados mais importantes para a qualidade de vida no município em 25 temas.

[Saiba mais sobre a Pesquisa Nossa São Paulo/Ibope \(IRBEM\)](#)

Aborto, um grave problema de saúde de pública

A pesquisa Nossa São Paulo dá ênfase aos temas e aspectos mais citados como importantes para a qualidade de vida na cidade.

Um estudo recente sobre a magnitude do aborto no Brasil estimou que 1.054.242 abortos foram induzidos em 2005. A fonte de dados para esse cálculo foram as internações por abortamento registradas no Serviço de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde. Ao número total de internações foi aplicado um multiplicador baseado na hipótese de que 20% das mulheres que induzem aborto foram hospitalizadas. (Fonte: [20 anos de Pesquisas sobre Aborto no Brasil - Ministério da Saúde, 2009](#))

Indicação de fontes

Cristião Fernando Rosas - médico ginecologista e obstetra

[Febrasgo](#) e Hospital Cachoeirinha

São Paulo/SP

Tel.: (11) 3259-7599 / 9236.6894 - cristiao@terra.com.br

Fala sobre: aborto do ponto de vista médico; prevenção ao aborto inseguro no Brasil

Margareth Arilha - psicóloga e coordenadora da CCR

[CCR - Comissão de Cidadania e Reprodução](#)

São Paulo/SP

Tel.: (11) 5575-7372 - arilha@hotmail.com

Fala sobre: direitos reprodutivos e direito ao aborto

Maria José Rosado Nunes - socióloga e professora da PUC/SP

[Católicas pelo Direito de Decidir/Brasil](#)

São Paulo/SP

Tel.: (11) 3541-3476 - mjrosado@terra.com.br

Fala sobre: direito ao aborto, aspectos filosófico, moral e religioso; pensamento católico

Sonia Corrêa - cientista política; coordenadora do SPW; pesquisadora da ABIA
[Sexuality Policy Watch](#) e [ABIA \(Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS\)](#)
Rio de Janeiro/RJ
Tel.: (21) 2223-1040 - scorrea@abiids.org.br
Fala sobre: direito ao aborto; cenário internacional, ONU e direito internacional

Thomaz Gollop - médico
Instituto de Medicina Fetal (IMF Brasil) e professor de genética médica da USP
www.thomazgollop.com.br
Tel.: (11) 5093-0809 - trgollop@usp.br
Sobre: aborto como problema de saúde pública

[02/02/2010 - Garotas e gays jovens serão alvo da Campanha de Aids neste Carnaval](#)

A campanha de prevenção à Aids preparada pelo Ministério da Saúde para este Carnaval e que será lançada em 6 de fevereiro é voltada para mulheres jovens e também para jovens homossexuais.

Conforme nota veiculada pela Folha de S.Paulo, a atriz Luana Piovani dubla uma camisinha em um dos três filmes promocionais da campanha. Neles, um preservativo falante (em animação 3-D) pede aos jovens para não ser “esquecido”.

Segundo o último Boletim Epidemiológico divulgado em novembro pelo Departamento de DST/Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, foram registrados mais casos entre garotas de 13 a 19 anos do que em relação aos meninos nesta faixa etária desde 1998. Atualmente, a cada 8 casos notificados de meninos infectados existem 10 casos de meninas.

Segundo o diretor-adjunto do Departamento de DST/Aids e Hepatites Virais, Eduardo Barbosa, a maioria dos jovens usa o preservativo na primeira relação sexual, mas quando o relacionamento fica estável, a proteção é deixada de lado. “Na medida que vão tendo confiança no companheiro abandonam o preservativo”, declarou Barbosa em entrevista à Agência Brasil.

A campanha será veiculada nas emissoras de TV e rádio e vai orientar os jovens sobre as formas de contágio do vírus HIV e os cuidados para a prevenção. Está prevista também distribuição de preservativos nos sambódromos e blocos de ruanos diversos estados brasileiros. Eduardo Barbosa informou que o Ministério da Saúde encomendou 1,2 bilhão de preservativos para suas ações nos próximos dois anos.

Programa Saúde e Prevenção nas Escolas

Dentre essas ações está prevista a implementação de um programa voltado o segmento entre 13 a 24 anos, a ser desenvolvido nas escolas. Os estudantes receberão orientações sobre o contágio, sintomas, prevenção, tratamento e como viver com o vírus HIV. Eduardo Barbosa informou que 50.214 escolas públicas e particulares já integram o programa. Em 10 mil delas,

os alunos poderão pegar o preservativo no próprio colégio; a decisão de distribuir ou não é tomada pela comunidade escolar.

A representante em São Paulo da Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids, Micaela Cyrino, diz que poucas escolas da capital paulista aderiram ao programa. Para ela, as principais razões são as diferenças sociais na metrópole e o preconceito da sociedade em falar de sexo com adolescentes. “As pessoas encaram como incentivo ao sexo e não como prevenção”, diz ela.

De acordo com pesquisas de comportamento sexual do Ministério da Saúde, pessoas entre 15 e 24 anos têm mais parceiros eventuais do que indivíduos de outras faixas etárias. Dados do Ministério indicam que 87% dos homens de 16 a 19 anos usam camisinha nas relações sexuais eventuais, mas só 42% das mulheres usam o preservativo quando têm esse tipo de relação.

Segundo a diretora do Departamento de DST/Aids e Hepatites Virais, Mariangela Simão, entre os homossexuais o problema também é grave. No segmento entre 13 a 24 anos, o número de casos de Aids subiu de 29% para 43,2%, de 1997 a 2007. “Não é fácil mudar comportamento”, reconhece a diretora. No caso dos jovens homossexuais, ela atribui o aumento ao fato de eles não terem vivido a primeira fase da epidemia, quando a discriminação era ainda maior e os tratamentos, menos eficientes.

Indicação de fontes:

Alexandre Grangeiro - médico e pesquisador

[Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP](#)

São Paulo/SP

Tel.: (11) 3061-7076

Fala sobre: políticas de Aids; segmentos vulneráveis

Regina Barbosa - médica e pesquisadora

[Núcleo de Estudos de População da Unicamp](#)

São Paulo/SP

Tel.: (19) 3521-5907 - rbarbosa@nepo.unicamp.br

Fala sobre: saúde coletiva; políticas de Aids; prevenção, controle, diagnóstico e tratamento da Aids entre mulheres

Mafoane Odara Poli Santos - psicóloga e pesquisadora do Nepaids

[Núcleo de Estudos para a Prevenção da Aids \(Nepaids\) do Instituto de Psicologia da USP](#)

São Paulo/SP

Tel.: (11) 3061-0620

Fala sobre: juventude e sexualidade

Vera Paiva - psicóloga e pesquisadora do Nepaids

[Núcleo de Estudos para a Prevenção da Aids \(Nepaids\) do Instituto de Psicologia da USP](#)

São Paulo/SP

Tel.: (11) 3091-4184

Fala sobre: sexualidade; prevenção; atenção psicossocial

01/02/2010 - Cresce apoio ao aborto legal

Aumentou o percentual de brasileiros favoráveis à legalização do aborto. Segundo pesquisa CNT/Sensus, entre janeiro de 2001 e janeiro de 2010, subiu de 17,7% para 22,7% a taxa dos que são à favor da legalização do aborto.

Acesse a matéria em pdf: [O Estado de S.Paulo, 01/02/10](#)

28/01/2010 - Abortando o problema, por Hélio Schwartsman

Nesse artigo veiculado em sua coluna Pensata, na Folha Online, o articulista do jornal Folha de S.Paulo trata da polêmica sobre a inclusão da proposta de descriminalização do aborto no Plano Nacional de Direitos Humanos.

Leia a seguir trecho do artigo:

“Começemos com um pequeno experimento mental. Suponhamos por um breve instante que as leis e instituições funcionassem direitinho no Brasil e que todas as mulheres que induzem ou tentam induzir em si mesmas um aborto fora das hipóteses previstas em lei (risco de vida para a mãe ou gravidez resultante de estupro) fossem identificadas, processadas e presas. Neste caso, precisaríamos construir 5,5 novos presídios femininos (unidades de 500 vagas) por dia apenas para abrigar as cerca de 1 milhão de ex-futuras mães que interrompem ilegalmente suas gravidezes a cada ano. (Utilizo aqui o número estimado por Mario Francisco Giani Monteiro e Leila Adesse para 2005).

Recursos igualmente vultosos teriam de ser destinados à edificação de orfanatos, para abrigar as milhares de crianças que ficariam desassistidas enquanto suas mães cumprissem pena.

Vale observar ainda que essa minha conta despreza um número significativo de médicos, parteiras ou simplesmente comadres e amigas que de algum modo auxiliaram as nossas reeducandas a livrar-se dos fetos indesejáveis e, pela lei, também deveriam ir a cadeia.

Minha pergunta é muito simples: Você acha que a aplicação universal do que preconiza a lei do aborto tornaria o Brasil um país melhor ou pior do que é hoje?

Se você não respondeu ‘melhor’, há de concordar comigo que o problema do aborto não é uma questão que se resolva na Justiça. Aliás, normas que a maioria de nós não quer ver integralmente cumpridas são sérias candidatas a leis que não ‘pegam’.”

[Acesse o artigo de Hélio Schwartzman na íntegra: Folha Online - 28/01/10](#)

[Veja síntese da pesquisa Magnitude do Aborto no Brasil](#)

Indicação de fontes:

Cristião Fernando Rosas - médico ginecologista e obstetra

[Febrasgo](#) e Hospital Cachoeirinha

São Paulo/SP

Tels.: (11) 3259-7599 / 9236.6894 - cristiao@terra.com.br

Fala sobre: serviços de violência sexual (aborto legal); aborto do ponto de vista médico; prevenção ao aborto inseguro no Brasil

Leila Adesse - médica sanitária e pesquisadora da ENSP/Fiocruz

[Ipas Brasil](#)

Rio de Janeiro/RJ

Tel.: (21) 2532-1930 - ladesse@ipas.org.br

Fala sobre: pesquisas sobre aborto inseguro; direito ao aborto; humanização do atendimento às mulheres em situação de abortamento

Margareth Arilha - psicóloga e coordenadora da CCR

[CCR - Comissão de Cidadania e Reprodução](#)

São Paulo/SP

Tel.: (11) 5575-7372 - arilha@hotmail.com

Fala sobre: direitos reprodutivos e direito ao aborto